

Brasil, reprovado

O Brasil passou de ano, mas foi reprovado em direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), após investigações realizadas em dezembro, decidiu processar o governo FH por não apurar os assassinatos e os desaparecimentos durante o regime militar (1964-1985).

Desta vez, não dá para dizer que a OEA é coisa de comunistas. Nada mais americanófilo. A ponto de, até hoje, não aceitar Cuba entre os seus membros, como se a ilha do Caribe não fosse um dos Estados americanos.

O processo contra o Brasil foi pedido pela Human Rights Watch/Americas, com sede nos EUA, e pelo Centro pela Justiça do Direito Internacional. O governo FH tem 180 dias para se defender e, caso seja condenado, o Brasil passará a figurar ao lado dos países que violam os direitos humanos.

Durante a ditadura militar, foram assassinadas, pela repres-



OEA leva o País ao banco dos réus, expondo-nos à depreciação internacional

são, 369 pessoas, das quais 217 são consideradas oficialmente mortas e 152, desaparecidas. Um timido passo foi dado pelo governo FH: indenizar as famílias dos desaparecidos. Porém isso não basta. As famílias e a Nação querem saber como eles desapareceram, se foram torturados e por quem, se foram assassinados e por quem, e onde se encontram enterrados.

A Lei da Anistia, aprovada em 1979, exime de responsabilidade os policiais e militares envolvidos na repressão, mas não se sobrepõe ao Direito Internacional. Ainda que essa lei pouco justa proteja os torturadores de sanções penais, ela não os livra do peso que guardam na consciência, talvez ensurdecidos pelos gritos de dor de suas vítimas submetidas a choques elétricos no pau-de-arara. Também a Lei da Anistia não isenta o governo da responsabilidade de apurar as circunstâncias das prisões e dos desaparecimentos.

No primeiro semestre do ano passado, FH prometeu, em pú-

blico, erradicar o trabalho escravo em nosso país. Até agora a ação do governo tem sido tímida. Ele deveria seguir o exemplo da Volkswagen, que, no Brasil, decidiu eliminar o trabalho infantil de toda a sua linha de produção. Lugar de criança é na escola, de preferência pública, gratuita e qualificada.

Aliás, o governo federal deve exigir formação em direitos humanos para policiais militares. A TV, que já havia exibido a Nação as atrocidades cometidas contra recrutas nos treinamentos em Brasília, anos atrás, agora traz à luz as sevícias sofridas, em 1989, pelos candidatos à PM capixaba. Pelos depoimentos das vítimas, entende-se por que há policiais com distúrbios psicológicos, sem controle sobre os próprios impulsos, capazes de chacinas inomináveis como a do Carandiru, em São Paulo, sob o governo Fleury, quando 111 presos, dominados e amarrados, foram friamente assassinados.

Todo ser humano, sem exceção, é templo vivo de Deus. E traz em si 15 bilhões de anos de história evolutiva do universo. Pois todos nós fomos feitos de matéria estelar, possuímos o mesmo código genético, somos tecidos de átomos e moléculas que, perenes, se reciclam nas vá-

rias formas de matéria. E todos somos chamados à inefável experiência do Transcendente ainda nesta vida.

Cada pessoa é um universo singular. Mas é preciso que se ensine isso, a todas as pessoas; caso contrário os seres humanos prosseguirão, por muitos séculos, como a única espécie que, dotada de razão, sente prazer mórbido em humilhar e matar seus semelhantes.

Se o governo tivesse pelos desaparecidos o amor que nutre a memória das famílias atingidas, ele não tentaria reduzir uma questão de justiça a mero reparo monetário. Se o governo fosse sensível às questões sociais, à educação obrigatória desses milhares de crianças de rua, pré-candidatas ao banditismo, evitaria o aumento da violência. Se o governo tivesse autoridade para fazer cumprir a Constituição, muitos policiais aprenderiam que o ser humano é um ser humano — e não um “elemento” — e as arbitrariedades seriam contidas. E, assim, a OEA não precisaria levar o Brasil ao banco dos réus, expondo-nos à depreciação internacional.

■ **Frei Betto é escritor e membro do Conselho Internacional da Fundação Sueca de Direitos Humanos**